

Da arqueologia à etnografia, da museologia ao ativismo: trajetórias cruzadas de Heloisa Alberto Torres e da antropologia brasileira

Heloisa Maria Bertol Domingues

MAST-MCTI, Rio de Janeiro

2024

POUR CITER CET ARTICLE

Domingues, Heloisa Maria Bertol, 2024. "Da arqueologia à etnografia, da museologia ao ativismo: trajetórias cruzadas de Heloisa Alberto Torres e da antropologia brasileira", in *Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie*, Paris.

URL Bérose : [article3304.html](https://berose.org/article3304.html)

article publisher ISSN 2648-2770

© UMR9022 Héritages (CY Cergy Paris Université, CNRS, Ministère de la culture)/DIRI, Direction générale des patrimoines et de l'architecture du Ministère de la culture. article copyright.

usage article

consulte le 22 de maio de 2024 - 20h46min

Publié dans le cadre du thème de recherche «Histoires de l'anthropologie au Brésil», dirigé par Stefania Capone (CNRS, CREDA) et Fernanda Arêas Peixoto (Universidade de São Paulo)

Trajectoria(s) em resumo

Heloisa Alberto Torres (1895-1977) foi uma destacada antropóloga brasileira, grande articuladora de relações científicas e pioneira em muitas atividades da área. Primeira mulher antropóloga do Museu Nacional do Rio de Janeiro e diretora da instituição, entre 1938 e 1955, abriu caminhos para a constituição e preservação de sítios e coleções arqueológicas, lançando-se, com determinação, na pesquisa etnográfica [1]. A preservação tinha como foco os "produtos da arte de populações indígenas atuais e implicaria em proteção às próprias populações", isto é, indígenas e trabalhadores nacionais. Parcela dessa proteção de "documentos do patrimônio material e espiritual da cultura" seria responsabilidade do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [2]. A reunião das coleções desse patrimônio era a tarefa da arqueologia e da etnografia, a que Heloisa se dedicou [3].

A antropóloga nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 17 de setembro de 1895, no seio de uma família de enorme projeção intelectual e política. Seu pai, Alberto Torres (1865-1917), mais do que um conhecido jurista, foi um dos grandes pensadores do Brasil, inspirador de várias gerações de intelectuais [4]. Em seus livros, *Organização Social* e *O Problema Nacional Brasileiro*, ambos publicados em 1914, expressava o conhecimento minucioso do Brasil, com

um pensamento livre de preconceitos e ufanismos, como observou o jurista e historiador Barbosa Lima Sobrinho (Sobrinho, 1968: 307). Sua mãe, Maria José da Silveira, era filha do poeta, jornalista e político, Joaquim Xavier da Silveira, natural de São Paulo (Ibid: 258). Não é de estranhar que, tendo vivido nesse ambiente intelectual, Heloisa se dedicasse, na antropologia, à valorização da cultura das populações indígenas, que era um campo de pesquisa que se abria para o estudo da desigualdade social, uma das questões que, aliás, sensibilizaram Alberto Torres [5].



Fig. 1. Heloisa Alberto Torres

Foto Fundo HAT, AHC, MAST, RJ

Heloisa cresceu e moldou sua visão de mundo naquele intenso ambiente familiar e transitou facilmente no meio político do país - até mesmo tomando chá da tarde com o presidente Getúlio Varga [6] - tão bem como circulou no meio científico, nacional e internacional. Fez os estudos básicos no Colégio Sion, em Londres e no Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1913 [7]. No colégio, recebeu uma formação em arte, literatura, história e etnografia, bem como adquiriu fluência das línguas inglesa e francesa. Quando entrou para o Museu Nacional, fez questão de estudar alemão, a fim de conhecer, no original, a literatura científica mais recente de etnografia e arqueologia. (cf. Castro Faria, 1998). O pai faleceu em 1917 e, no ano seguinte, ela ingressou como estagiária no Setor de Antropologia, Arqueologia e Etnografia do Museu Nacional, então dirigido pelo antropólogo Roquette Pinto (1884-1954) [8]. Ambos se identificaram na teoria antropológica de Franz Boas e na grande preocupação com o futuro do país, em termos de educação e das condições sociais das populações mais desfavorecidas. A valorização da cultura desses grupos na sua diversidade, material e social, foi a grande inquietação de Heloisa [9].

A sua atuação no Museu Nacional tem sido destacada pelo papel de administradora, como diretora do Museu, e por suas atividades de professora; além disso, é sempre lembrada sua participação em conselhos nacionais, como o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Ela foi também a primeira representante do Brasil no International Council of Museums - ICOM-UNESCO (Corrêa, 1997; Miglievitch-Ribeiro,

2019; Grupioni, 1988).

Suas pesquisas arqueológicas e etnográficas têm sido pouco enfatizadas; contudo, não podem ser negligenciadas. Se os trabalhos de campo a legitimaram como arqueóloga, foi com a etnografia, como salientou Castro Faria (1998:204), que o seu trabalho científico ganhou originalidade. Elegeu a cultura expressada “nos produtos da arte” das populações indígenas como objeto de estudo, entendendo “produtos da arte como quaisquer manifestações da indústria humana, originais e peculiares a certos grupos e documentando aspectos do seu patrimônio material ou espiritual de cultura”, como escreveu, em 1937, no trabalho que publicou no primeiro número da *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Científico Nacional*, intitulado “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil” (Torres, 1937: 24). Na análise comparativa das coleções arqueológicas e etnográficas, verificou os efeitos do tempo histórico nas expressões de arte popular. Estudos anteriores, como o de Ladislau Netto, no século XIX, haviam percebido aquelas transformações como degeneração, decorrentes da luta pela sobrevivência no meio inóspito. Heloisa, longe do determinismo do meio, entendeu-as como uma violência à cultura causada pela colonização, que atingiu os modos de ser e viver das populações indígenas.

A antropologia, durante a década de 1920, era uma ciência em transformação; dividia-se entre a antropologia física que, com seus métodos osteométricos e análises biológicas, caracterizava a diversidade humana em termos anátomo-biológicos, e a etnologia em termos culturais. A divisão entre antropologia física e etnologia no Museu Nacional fica evidente quando se olha a lista de publicações do *Boletim do Museu Nacional*, periódico criado em 1923 que, até 1941 publicou, em cada volume, todas as áreas das ciências naturais e, a partir de 1942, foi dividido em séries, apontando a autonomização dessas especialidades [10]. Nas décadas de 1920 e 1930, vê-se que trabalhos da então chamada antropologia física alternavam-se com publicações de artigos etnográficos. Também a arqueologia começava a se fazer presente com trabalhos que tratavam da cultura dos ditos povos primitivos, com os quais os estudos de Heloisa se identificaram. Assim, por exemplo, em 1924, Raimundo Lopes, que ingressara no mesmo Setor do Museu juntamente com Heloisa, publicou no boletim “A Civilização lacustre do Brasil” e vários artigos sobre arqueologia e etnologia indígena [11]. Dentre os artigos que questionavam a divisão do trabalho antropológico à época, alguns merecem ser citados, como o de Paul Rivet, que publicou em 1928, no volume IV do *Boletim*, “L’anthropologie”, em que discutia as bases da antropologia definindo-a como uma ciência complexa por seu objeto, formado por um conjunto indissolúvel de elementos físicos, culturais e linguísticos [12]. Rivet não via a antropologia como um campo dividido entre antropologia física e etnologia, mas suas análises demonstram ênfase na cultura – como, por exemplo o estudo da linguística, que ao mesmo tempo é fato biológico e intelectual.

A antropóloga em ação: popularização das ciências e trabalhos de campo

Heloisa Alberto Torres adquiriu sua formação científica durante os sete anos de estágio no Setor de Antropologia, Arqueologia e Etnografia do Museu Nacional, em meio às divisões que se operavam no campo da antropologia e que se refletiam também na prática das pesquisas. Inicialmente participou de um projeto de divulgação científica, coordenado por Roquette Pinto, intitulado “Plano de Ensino Popular de História Natural”, que tinha por objetivo divulgar as ciências naturais e a antropologia, produzindo material didático para escolas [13]. Como parte desse projeto, Roquette Pinto criou, em 1923, a Rádio Sociedade, uma estação de rádio na qual Heloisa atuou na secretaria [14]. Os programas da Rádio, com aulas e palestras dos cientistas do Museu Nacional, alcançaram os diversos estados do país. Segundo Castro Faria a legenda da rádio era: “em todos os lares do Brasil o conforto da Ciência e da Arte” (1999: 316).

Em 1925, deu-se a entrada oficial de Heloisa no Museu Nacional. A sua aprovação no concurso público, em primeiro lugar, foi notícia dos jornais do Rio de Janeiro, que chamaram a atenção para o seu mérito, pois concorrera com cinco homens, encarnando a vitória “do verdadeiro feminismo, que se batia pela emancipação intelectual e sobretudo social e política, da mulher” [15].

Heloisa realizou trabalhos de campo durante toda a segunda metade da década de 1920, fazendo pesquisas arqueológicas, que priorizou, e etnográficas. Em 1925, viajou pelo litoral dos estados de Santa Catarina e Paraná, onde realizou a pesquisa em sítios tupis de enterramentos e em locais de concentração de restos arqueológicos. Buscou inteirar-se da técnica cerâmica dos indígenas e da decoração das cerâmicas dos “tupis orientais” [16]. Nos dois anos seguintes, viajou ao litoral de São Paulo, onde verificou o estado do sambaqui de Iguape [17], e, em Minas Gerais, estudou sítios arqueológicos. Com a mesma finalidade, em 1928 percorreu o estado do Rio de Janeiro, a região do Rio Iriri e a cidade de Magé, rica em cerâmica pintada de tradição Tupi-Guarani. A fim de estruturar as pesquisas e embasar os trabalhos de suas conferências, fez amplo levantamento bibliográfico e analisou as coleções de arqueologia e etnografia do Museu Nacional (Castro Faria, 1998).

Em 1930, Heloisa realizou uma excursão à Ilha de Marajó, no Pará, onde permaneceu seis meses fazendo pesquisas arqueológicas. Realizou escavações e estudos em cinco sítios da ilha, buscando identificar os *mound-builders* de Marajó (Torres, 1937). Já havia estudado a etnografia da arte marajoara, nos trançados, tecelagem e cerâmicas e feito observações sobre as condições de trabalho dos ceramistas do local (Torres, 1929: 5). Sobre o trabalho de oleiros, havia observado que no sul do país a fabricação da cerâmica e sua ornamentação eram exclusivamente feitas por mulheres. No Marajó, ao contrário, os homens, que haviam iniciado a arte dos trançados, ocupavam-se também da cerâmica. As mulheres assumiram a tarefa bem mais tarde. Observou ainda que era difícil classificar o trabalho dos ceramistas, devido às condições climáticas, pois a umidade dos terrenos destruía os objetos e, com eles, muito da sua memória social [18].

Em *A arte indígena na Amazônia* (1940), Heloisa comparou cerâmicas e trançados, mostrando a similitude dos desenhos. Publicou estampas de peças da coleção do Museu Nacional, da Ilha do Marajó e de outros lugares da Amazônia, e descreveu-as nas legendas, indicando que os tamanhos variavam, desde 6, 10, 20 centímetros até 1 metro. Eram peneiras, cestas, urnas funerárias, vasos, bancos, tangas de cerâmica, figuras antropomórficas [19]. Estabeleceu ainda analogias entre trançados e cerâmicas. (fig. 2 e 3)



Fig. 2. Peneira trançada

Detalhe de trançado da tampa de um cesto em que a disposição das talas lembra fortemente a técnica de gravura *au champ-levé*.

Heloisa A. Torres, 1940, Gravura 7



Fig. 3. Prato pintado em cerâmica

Sobre fundo branco amarelado, desenhos a traços finos paralelos, em vermelho, e a traços largos, em preto. O bordo modelado apresenta faces e protuberâncias zoomorfas. O lado exterior da peça é guarnecido com gravura *au champ-levé*.

Heloisa A. Torres, 1940, Gravura 19

As peças cerâmicas, “clássicas da cultura de Marajó (gravadas em *champ levée*)”, foram classificadas por Heloisa. Observou que as condições locais, sujeitas a muita erosão, dificultavam as escavações e prejudicavam a conservação das jazidas arqueológicas; percebeu a existência de antigos diques e desvios de curso d’água, dizendo que eram

verdadeiras obras de engenharia, em decomposição devido à erosão do solo. Os resultados dessa expedição subsidiaram suas observações sobre a proteção da cultura e do meio, publicados, em 1937, no primeiro número da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nesse artigo intitulado “Contribuições para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”, abordou o saber-fazer de “povos primitivos”, registrados nos restos arqueológicos, que jaziam sob a precariedade das condições ambientais, o que impunha medidas de proteção [20]. Para Castro Faria (1998: 203), esse trabalho de campo legitimou a produção científica de Heloisa Alberto Torres na arqueologia brasileira.

O interesse de Heloisa pelas coleções era grande, visto que, no referido artigo, apresentou uma relação das coleções arqueológicas (28), etnográficas indígenas (20) e etnográficas negras (3), existentes em 37 museus federais, estaduais e municipais, que se espalhavam pela maioria dos estados do país. A pesquisa no material etnográfico e arqueológico reafirmou o estímulo pela preservação das coleções.

Especificamente sobre a etnografia, no início dos anos 1930 realizou um trabalho que ficou inédito, intitulado “Alguns aspectos da Indumentária da Crioula Bahiana”. Tratava-se de estudo sobre o papel das mulheres nas cerimônias religiosas africanas [21], evidenciando o seu interesse pelo conhecimento do papel social das mulheres, como havia feito com as oleiras. A mesma preocupação apareceria na tese esboçada para um frustrado concurso para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1949 [22]. A tese tinha por objetivo estudar o trabalho das mulheres urbanas e a questão racial, utilizando o método antropométrico. O levantamento de dados havia sido feito em pesquisa coordenada por Roquette Pinto, em 1922, no âmbito das comemorações do centenário da independência do país, da qual ela participara. Intitulada “Observações Antropométricas”, ela escreveu apenas dez páginas da tese contendo objetivos e metodologia. Não deu continuidade à pesquisa certamente pelo fato de ter desistido do dito concurso.

Ensino da Antropologia Cultural, Arqueologia e Etnografia

Também, em 1925, Heloisa Torres começaria sua longa trajetória de professora, que contribuiu para aprofundar sua especialização científica. Nesse ano, foi nomeada professora do curso de Antropologia, Arqueologia e Etnografia do Museu Nacional, até então regido por Roquette Pinto. Ao mesmo tempo, passou a dar aulas e proferir conferências públicas. Eram os chamados cursos públicos, existentes desde 1870, que então contavam inclusive com a presença do Imperador. O Museu aderiu aos cursos públicos em 1875, cursos que divulgavam conhecimentos sobre as ciências naturais ao grande público; os jornais noticiavam os horários e os programas [23].

Nos anos 1920, os cursos públicos - sempre noticiados nos jornais - eram promovidos por diferentes instituições e Heloisa foi convidada a dar aulas em várias delas. Nessas aulas, divulgou seus primeiros estudos arqueológicos e etnográficos sobre a cultura dos indígenas

da Ilha de Marajó. Em 1926, deu uma aula sobre a “Cerâmica no Marajó”, no Curso de Alta Cultura e Divulgação Científica, organizado pela Associação Brasileira de Educação. Por ocasião da 36ª Exposição Geral de Belas Artes, deu nova palestra sobre a Cerâmica de Marajó, transcrita pelo jornal *Correio da Manhã* [24]. No mesmo evento, em 19 de setembro de 1929, Heloisa realizou outra palestra, desta vez sobre “Arte Marajoara”, comentada pelo *Correio da Manhã*, na qual explicava que escavações arqueológicas haviam mostrado que a arte marajoara se originara com a confecção dos trançados, bem anteriores ao fabrico da cerâmica. Esta última chegou à região por onda migratória vinda dos Andes, em tempos mais recentes [25]. Sobre as “Migrações na América”, ela havia discorrido, em 1927, na Associação de Geografia, quando demonstrou os caminhos percorridos pelos migrantes, vindos dos Andes, até se instalarem no Marajó [26].

Além das aulas no Museu Nacional, foi responsável por cursos em diferentes instituições de ensino superior, no Rio de Janeiro. Em 1936, recomendada por Gilberto Freyre para substituí-lo, foi contratada pela Universidade do Distrito Federal (UDF), como professora de Antropologia Social. Um ano depois, a UDF foi extinta em consequência da chamada Lei de Desacumulação [27], que impedia que uma pessoa ocupasse dois cargos em instituição de serviço público. No mesmo ano, foi contratada como professora de Antropologia e Etnografia, pela Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, uma instituição privada, onde começou a lecionar em 1937 e permaneceu até 1964 [28]. Um dos programas do seu curso nessa Faculdade, de 1943, resume as ideias em que baseava suas aulas. O curso intitulava-se Antropologia Cultural e era dividido em quatro tópicos: 1) O campo de estudo da Antropologia Cultural; 2) O conceito de cultura e o conteúdo da cultura humana; 3) O estudo das áreas culturais e dos ciclos culturais; 4) As áreas culturais americanas [29].

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG, hoje UERJ), deu aulas de 1939 até 1965, quando se aposentou por completar 70 anos. O curso pelo qual foi responsável em 1952 intitulava-se Antropologia e Etnografia [30]. e estava dividido em: 1) “Raça, Cultura e Populações Brasileiras” (com temas de discussão sobre testemunho arqueológico, populações pré-colombianas, análise da cultura indígena, o negro, o caucasóide); 2) “Problemas Brasileiros” (trataria dos temas: indígena, imigração e mestiçagem) [31]. A Fundação Getúlio Vargas, em 1953, considerando seu prestígio e autoridade na antropologia, convidou-a para dar aulas no curso de aperfeiçoamento sobre Cultura Brasileira Contemporânea, organizado em virtude de um acordo do Governo Brasileiro com a ONU. Era um ciclo de conferências no interior do qual ela falou sobre o Aspecto Antropológico na Cultura Brasileira [32]. Note-se que o fio condutor dos cursos, tal como das suas pesquisas, foi sempre a cultura.

Diretora do Museu Nacional: fomento à pesquisa e a redes científicas internacionais

No Museu Nacional, a bagagem cultural da antropóloga e a experiência na prática científica, adquirida nos trabalhos de campo e nas pesquisas em coleções museológicas e bibliográficas,

orientaram suas ações. Quando assumiu o cargo de diretora da instituição, o país assistia ao início da ditadura de Getúlio Vargas – o Estado Novo, instituído em 1937. Como diretora do museu, teve oportunidade de planejar as pesquisas de campo das ciências naturais e antropológicas, com vistas, entre outros, a conhecer a diversidade cultural da sociedade brasileira e a promover uma política científica do país. Nesse sentido, Heloisa buscou impulsionar, imparcialmente, todas as áreas científicas do Museu: antropologia, arqueologia, paleontologia, botânica, geologia e zoologia. Um dos seus primeiros passos foi estabelecer um programa de colaboração internacional, incentivando a ida de especialistas brasileiros ao exterior e a vinda de estrangeiros ao Brasil, o que possibilitou a circulação internacional de conhecimentos e a cooperação entre cientistas.

Aproveitando-se da conjuntura política internacional, a colaboração científica no Museu Nacional, ainda muito restrita à Europa, foi intensificada com os Estados Unidos. Diante de um *revival* do panamericanismo - movimento nascido no século XIX, sob o slogan “A América para os Americanos” – que naquele momento fazia um contraponto à Guerra Fria que se avizinhava, Heloisa obteve apoio de agências norte-americanas, como as fundações Rockefeller, Gugenheim e Smithsonian Institution.

Naturalistas do museu foram para os Estados Unidos, com financiamento norte-americano [33]. Na via contrária, dos Estados Unidos para o Brasil, projetos importantes se desenvolveram, como a parceria estabelecida com George Sprague Myers (1905-1985), da Universidade de Stanford, com o objetivo de realizar estudos sobre a pesca no Brasil, visando suprir e aumentar a produção de alimentos durante e após a guerra (Sá e Brito, 2018: 13). Em 1941, a convite de Heloisa, chegou ao Brasil Joseph Bailey para estudar as coleções de zoologia do museu; estudos de arqueologia foram realizados pelo casal Betty Meggers e Clifford Evans, no início dos anos 1950, com recursos próprios, mas Heloisa os receberia no Museu Nacional, facilitando todos os trâmites de viagem para a Amazônia, onde realizaram suas pesquisas, inclusive no Marajó [34]. No entanto, o livro de Meegers, *Amazônia um paraíso ilusório*, publicado em 1976, simultaneamente no México e no Brasil, não faz referência a Heloisa, embora apresente grande similitude com suas ideias, na interpretação da cultura indígena [35].

A Antropologia foi particularmente contemplada com seu projeto de incentivo aos jovens antropólogos, brasileiros e estrangeiros, para realizarem trabalhos de campo no interior do país, com vistas ao conhecimento das culturas, especialmente dos povos indígenas. Nesse sentido, Heloisa articulou contatos com Franz Boas e Paul Rivet.

As relações de Paul Rivet com o Museu Nacional datavam dos anos 1920; ligado a ele, o então jovem antropólogo Alfred Métraux (1902-1963) visitou o Museu Nacional também no final da década de 1920, apresentando-se em nome de Rivet, e ouviu de Heloisa que os discípulos de Rivet seriam sempre recebidos de coração aberto no Museu Nacional [36]. Heloisa e Rivet desenvolveram relações científicas e de amizade, o que se percebe na intermitente correspondência que mantiveram durante a primeira metade do século XX [37]. Rivet, como diretor do Musée de l’Homme, apresentou Claude Lévi-Strauss ao Conselho de Fiscalização

das Expedições Artísticas e Científicas, para realizar o estudo sobre os Nambiquaras, no Mato Grosso, em 1938 [38]. O Conselho condicionou a viagem a um acompanhante brasileiro e Heloisa, como um de seus membros, indicou o jovem antropólogo Luiz de Castro Faria (1913-2004) [39] (fig. 4).

O plano de engajar antropólogos iniciantes em pesquisas de campo como forma de auxiliar a formação de jovens antropólogos brasileiros fez com que Heloisa entrasse em contato com Franz Boas, na Universidade de Columbia, no Estados Unidos. Ele tornou-se, efetivamente um colaborador do projeto da então diretora do Museu, estimulando novos e antigos discípulos a viajarem ao Brasil, e dando a cada um deles uma carta de apresentação. A partir de 1937, começaram a chegar ao país William Lipking, Buell Quain, Ruth Landes e Charles Wagley, todos com financiamento do Social Sciences Research Council da Universidade de Columbia. No Museu Nacional, eles seriam supervisionados por Heloisa Alberto Torres, conforme assinalou Wagley, em 1946 [40]. Os trabalhos de campo por eles realizados sobre os povos indígenas, concentraram-se na Amazônia e no Brasil Central. Heloisa, de um lado, e Ruth Benedict, de outro, supervisionavam de perto os trabalhos dos jovens antropólogos, como mostra a correspondência entre elas. Nessa correspondência discutiram o chocante suicídio de Buel Quain aos 27 anos de idade, quando estava em trabalho de campo junto aos Trumai e os Krahó, no Xingú [41].

Daquelas pesquisas de campo, resultaram estudos importantes sobre a cultura e a geografia das sociedades indígenas do Brasil. William Lipking realizou estudos sobre os índios Carajás, em Goiás, em Conceição do Araguaia e no Pará [42]. De todos eles, Charles Wagley foi quem realizou o maior número de pesquisas e quem por mais tempo manteve relações com o Brasil, com numerosas publicações. Iniciou seus estudos em 1939, no Mato Grosso, nos quais abordou a religião e a aculturação dos Tapirapé, inspirado em Ralph Linton, de quem fora aluno [43]. O estudo sobre aculturação foi publicado em 1943 [44]. Em 1941, voltando ao Brasil, realizou estudo sobre os Tenetehara, ao lado de Eduardo Galvão, um dos jovens antropólogos do Museu Nacional. Deste trabalho resultou a publicação de *The Tenetehara Indians of Brazil* (1946). Em 1942, trabalhando no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), na Amazônia, Wagley realizou novas pesquisas, entrando em contato com problemas sociais, lendo relatórios técnicos de médicos, o que lhe deu profunda visão dos habitantes da região, conforme observou na Introdução de *Amazon Town*.

O trabalho de Wagley interessou particularmente a Heloisa. Em dezembro de 1940, Franz Boas escreveu-lhe dizendo que o Presidente da Divisão Latino-Americana da Guggenheim Foundation, Adelette, estava interessado no seu plano de dar oportunidade de “treinamento” aos jovens cientistas brasileiros:

It seems to me that the plans which you discussed with dr. Lipking when he was in Rio might very well fall in line with such a plan. We have an application to the Guggenheim Foundation for a fellowship for Lipking, the idea being that he should continue his researches, particularly with the view of working with younger Brazilian scientists to let them profit from his practical experiences and theoretical knowledge. I do not think

that I need to recommend him to your consideration. Undoubtedly you know in outline what he has been doing in Brazil. My idea would be that if anything of this kind could be arranged, that work should be in your charge in the Museum, and that would you see to it that the educational side of the problem would receive its proper attention. [45].

Heloisa respondeu-lhe dizendo que já havia escrito a Adelette; ela fez também uma crítica ao trabalho de Lipking, dizendo que ele não havia cumprido as regras do programa, pois não entregara o relatório do trabalho realizado. Terminou dizendo que o trabalho de Wagley havia despertado grande interesse [46].

Em 1948, sob os auspícios do projeto do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, Wagley e Galvão realizaram pesquisas em Gurupá, no Pará. O trabalho resultou nos livros *Amazon Town* (1953), de Wagley, e *Santos e Visagens* (1955), de Galvão. Este o finalizou no doutorado, realizado em Columbia, sob orientação de Wagley. O trabalho por eles realizado em Gurupá, seguindo o plano do IIHA, foi uma etnografia da cultura das populações locais, com um forte enfoque ecológico [47].



Fig. 4.

Da esquerda para a direita: Claude Lévi-Strauss, Ruth Landes, Charles Wagley, Heloisa Alberto Torres, Luiz de Castro Faria, Raimundo Lopes, Edison Carneiro.

Fundo Castro Faria, AHC-MAST, CFDN

14.14.150.F0014.1

O projeto de Heloisa de formação e aperfeiçoamento dos jovens antropólogos do Museu Nacional contou também com a participação de Raimundo Lopes da Cunha (1894-1941), uma referência na formação daqueles jovens. Ele realizou pesquisas importantes sobre a pesca e a arte plumária dos indígenas no Maranhão, seu estado natal, e transmitiu sua experiência a jovens pesquisadores como Eduardo Galvão e Luiz de Castro Faria. Sua experiência foi das mais ricas e completas no tratamento dos problemas humanos de população e de cultura, salientaria Castro Faria (2010). O reconhecimento do trabalho de Raimundo Lopes se materializaria na publicação póstuma do seu livro *Antropogeografia* (1956), a cargo de Heloisa. Raimundo Lopes distinguia antropologia – “ciência que estuda o homem físico, sob o ponto de vista biológico” - e etnologia – “ciência que estuda os grupos humanos sob o ponto de vista cultural e social”. Para ele, antropogeografia relacionava etnologia e geografia humana, que

entendia na tradição francesa de Vidal de La Blache e Jean Brunhes; citava ainda o livro de Lucien Febvre, *La terre et l'évolution humaine* (1922), em que tratava de observar o habitat humano e a cultura em relação ao meio terrestre, entendendo-os como conhecimentos interdependentes (Cunha, 1966:82).

Planejando a política e impulsionando a cultura científica nacional

Após a Segunda Guerra mundial, no contexto do crescente interesse pelas regiões tropicais despertado tanto em cientistas quanto em políticos preocupados com a exploração econômica, o governo brasileiro instituiu, pela Constituição de 18 de setembro de 1946 – art. 199 e parágrafo único, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Foram destinados 3% dos recursos provenientes das rendas tributárias da União, durante pelo menos vinte anos, ao desenvolvimento econômico da Amazônia, prevendo a realização de projetos privados e estudos que verificariam os potenciais da região. Tais estudos objetivavam a efetiva ocupação, domínio e exploração econômica dos grandes vales equatoriais do Brasil [48].

Ao mesmo tempo, havia interesse político e científico na exploração de minerais atômicos (tório, urânio), em função da bomba atômica e, principalmente, da energia nuclear. Ciências naturais, antropologia ou proteção às culturas e sociedades indígenas já não se mostravam uma prioridade. Nesse contexto, o Museu Nacional perdia, de certa forma, força política. A situação ficou evidente, em 1946, quando foi incorporado à Universidade do Brasil, com prerrogativas de Escola e Faculdade, integrado ao Fórum de Ciência e Cultura. Em reunião com o Reitor da Universidade, em maio daquele mesmo ano, Heloisa declarou que “a inclusão de um museu de caráter nacional na estrutura de uma universidade não aconteceria em lugar nenhum do mundo e, além do mais, ninguém no Museu era a favor daquela anexação” (Domingues 2010: 627) [49].

O Museu Nacional tinha sofrido uma crise, um ano antes, quando irrompeu um forte movimento para destituir Heloisa do cargo de diretora, movimento liderado por um grupo de cientistas da casa, entre os quais o geólogo Othon Leonardos, candidato ao cargo. O grupo contestava as ações da então diretora, alegando que, ao invés de investir em obras de restauração do prédio do Museu, ela estaria investindo em exposições para o público. Na consulta pelo voto, Leonardos foi o mais votado, segundo o *Diário de Notícias* de 25 de outubro de 1945; diante disso, Heloisa chegou a ser exonerada, mas a eleição foi anulada, pois como o diretor do Museu era nomeado pelo Ministro, a consulta pelo voto foi considerada sem efeito [50]. Um amplo movimento de apoio, ela recebeu de colegas e funcionários do Museu e de um grupo de intelectuais brasileiros, liderados pelo jurista, positivista, Alberto Venâncio Filho, que encabeçou um abaixo-assinado, endereçado ao Ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Sousa Campos, solicitando a permanência de Heloisa.

Após o episódio, com ânimo redobrado e inconformada com a mudança do Museu para a Universidade, Heloisa elaborou uma proposta política para as ciências naturais e

antropológicas, ainda em 1946. O documento, que foi dirigido ao Reitor da Universidade com o título “Promoção de um Inquérito nacional sobre Ciências Naturais e Antropológicas”, significava uma tomada de posição política, pois previa que fosse aplicado o método científico à resolução dos problemas humanos [51]. O inquérito deveria considerar pelo menos duas questões importantes: 1- o conhecimento científico da natureza associado à cultura que lhe era inerente, criticando os métodos de exploração que vinham sendo praticados, os quais ‘podiam auferir lucros imediatos, satisfazendo a alguns poucos’; 2- a utilização econômica da natureza sem risco de destruir os bens que encerra ou de prejuízo ao seu equilíbrio biológico, lançando, implicitamente, uma visão ecológica da natureza e contrapondo-se às prioridades econômicas da política científica.

A mesma relação das ciências naturais com a política norteou o projeto do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA), do qual Heloisa foi ativa participante. Escrito pelo bioquímico Paulo de Berredo Carneiro, o projeto foi apresentado, em 1946, pela delegação brasileira na primeira reunião geral da UNESCO, ganhando o apoio de Julien Huxley, primeiro Diretor Geral daquela instituição, e sendo aprovado como um projeto prioritário. O projeto do IIHA previa reunir os países que integravam a região amazônica [52] e tinha por objetivo transformar a Amazônia equatorial “num pródigo fator de bem-estar para a comunidade humana”. Daí a proposta de um centro internacional de ciências destinado ao conhecimento da natureza tropical, propício à adaptação humana [53].

Heloisa, não somente abriu as portas do Museu Nacional para que os organizadores do IIHA ali se reunissem, como foi nomeada Delegada do Brasil para a reunião de criação, realizada em Belém, Pará, em 1947, e para a Conferência de convenção do IIHA, realizada em Iquitos, no Peru, em 1948 [54]. No Peru, Paul Rivet e Heloisa, se reencontraram. Rivet representava a França e foi nomeado presidente da comissão científica; Heloisa o secretariou e acabou eleita presidente interina do Instituto. Participou também da reunião Alfred Métraux, então na ONU. Nas Atas daquela Reunião ficou registrado que os trabalhos de campo do Instituto deveriam ter a supervisão de antropólogos, buscando preservar a integridade das populações locais. Para tal, “realizariam estudos sobre as atividades de preservação e desenvolvimento das culturas e da educação” [55] – certamente um traço do pensamento de Heloisa.

Na primeira reunião da Comissão Interina do IIHA, em Manaus, também em 1948, Heloisa foi eleita, por unanimidade, Presidente da Comissão Interina do Instituto, com o voto dos nove países integrantes do projeto. Como representante do Instituto, em 1949, participou da Reunião Geral da UNESCO, em Paris. Falou sobre o projeto do IIHA e, ao explicar a importância da presença de um etnólogo nas expedições, argumentou que “uma pessoa que não conhecesse a cultura dos grupos humanos e preconizasse métodos inadequados, corria risco de dar um golpe mortal na organização econômica e social destas populações e de dar lugar a estados psíquicos desastrosos” [56].

No momento da sua fala, na reunião da UNESCO, no Brasil, o projeto do IIHA estava sendo votado pelo poder legislativo, que o rejeitou. Alegando temor de que as fronteiras “nacionais” fossem apagadas, deputados e senadores o consideraram um projeto imperialista. A rejeição

deixava claro que havia preponderância de interesses político-econômicos que não renunciavam a antigas práticas de exploração coloniais [57]. No IIHA preponderava a ecologia.

Em 1952, com financiamento da UNESCO e do CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas, Heloisa lançou o projeto Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar o impacto ambiental que causaria a instalação de uma indústria química naquele local. O trabalho reuniu pesquisadores de todas as áreas do Museu Nacional e contou com a participação do ecologista americano, Stanley Cain, nomeado pela UNESCO. Em palestra na Academia Brasileira de Ciências, em 12 de abril de 1955, Cain definiu a ecologia como “a ciência das relações recíprocas entre os organismos e o seu meio”. Chamou a atenção sobre os fatores históricos dessas relações, que se expressavam nas condições sociais, na política colonialista e na economia da indústria extrativista. “O ecossistema é humano”, sublinhou Cain [58].

Em 1955, quando deixou a direção do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres era uma autoridade reconhecida no país e no exterior, como se vê nos documentos do seu arquivo. Além da atuação institucional, realizou consultorias para projetos como o da reforma do ensino do país, inclusive a universitária, que instituiu a Faculdade Nacional de Filosofia, nas universidades públicas do país, em 1939 [59]. Em 1955, assim que deixou a direção do Museu, participou da criação da Associação Brasileira de Antropologia [60]. Entre 1972 e 1976, participou ainda da criação do primeiro Conselho de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Ligado a essa iniciativa, criou a Casa de Cultura Heloisa Alberto Torres, na cidade de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro, cidade natal de sua família e que abriga o seu arquivo pessoal [61]. A imensa correspondência trocada com inúmeros cientistas, de todos os continentes, e com políticos, reafirma o seu reconhecimento intelectual e institucional.

A arte indígena para a produção científica

Heloisa apresentou o valor social da cultura marajoara (material e imaterial) nas suas primeiras palestras e publicações sobre os trabalhos arqueológicos realizados no Baixo Amazonas. Fez um resumo histórico das escavações iniciadas nos anos 1870, pelos geólogos Carlos Frederico Hartt e Orville Derby e pelo naturalista Ferreira Penna, que revelaram o rico material arqueológico da Ilha do Marajó [62]. Fato que, para Heloisa, desmobilizava “a má fama que americanistas reputaram às terras do Brasil, por não terem sido ali encontrado monumentos que representassem culturas indígenas” [63].

Heloisa mostrou que a cerâmica, tida como marco cultural das sociedades ditas primitivas, não o foi no Marajó, pois ali, os trançados – as cestarias – que a antecederam, seriam marco daquela cultura. Ao falar nas cerâmicas do Marajó, ela apontou resultados arqueológicos mostrando que os marajoaras, muito antes da chegada dos andinos, “evidenciaram alta especialidade artística, na sofisticada arte dos trançados e as reproduziram na modelagem” (Torres, 1929). Concordava com Max Schmidt (1854-1950), que a técnica ditava os motivos dos desenhos [64]. No entanto, condições climáticas adversas, como o terreno úmido,

destruíram objetos, como talhas, trançados, tecidos, fazendo desaparecer parcela da memória daquelas populações [65].



Fig. 5. Urna de argila . Marajó. Alt. 38 cm. Diâmetro da boca 25 cm

Decorada com a gravura peculiar a ilha e na qual o campo negativo do desenho e raspado (*champ levê*). O caráter rigidamente geométrico da decoração a interseção de listas estreitas formando escalonados denunciam uma relação íntima com a arte dos trançados.

Heloisa A. Torres, 1940, Gravura 25



Fig. 6. Urna [funerária] de argila. Marajó. Alt. 56 cm. Diâmetro da boca 30 cm

Face pintada de branco marfim e decorado a traço fino gravado, as feições modeladas. O bojo é revestido de desenhos gravados (*champ levê*).

O caráter rigidamente geométrico da decoração a interseção de listas estreitas formando escalonados denunciam uma relação íntima com a arte dos trançados.

Heloisa A. Torres, 1940, Gravura 2

Argumentou que havia uma relação entre a cultura material e o meio, pois condições

[bio]geográficas estimularam os conhecimentos e a criação de objetos de uso, a exemplo dos vasilhames para acondicionar líquidos. A necessidade desses vasilhames, nos Andes, desprovidos de matas, foi suprida com a cerâmica, que requeria conhecimentos, como o fogo e o processo de cozimento. Na bacia do Amazonas e nas Guianas, havia riquíssimas plantas que se prestaram aos trançados. Embora as cestas requeressem apenas as mãos para a sua execução, contribuíram para desenvolver apurado conhecimento botânico das plantas que se prestavam aos trançados e das que produziam resinas, com as quais as populações realizavam o sofisticado trabalho de impermeabilização das cestas, lhes permitindo acondicionar o líquido [66]. De acordo com Heloisa, na palestra “Cerâmica do Marajó”, “o uso do trançado impermeabilizado era costume encontrado entre outros povos da América do Sul, não por ignorância da cerâmica, mas porque era de maior portabilidade”. Para ela, “aqueles indígenas viviam como primitivos, porém num estágio cultural avançado e, principalmente, com um conhecimento da natureza como ninguém” (Torres, *ibid.*) (fig. 5 e 6)



Fig. 7. Tanga feminina (Pacoval do Arari, Marajó), Dimensão: Largura 12cm, Altura máxima 14,5cm.

Sobre fundo branco: marfim pintura a cor parda escura. Nas faixas superior e inferior o desenho é bem-acabado, ao passo que nas margens laterais dá a impressão de ter sido cortado. Em cada ângulo, uma perfuração destinada à passagem do fio por meio do qual se ajustava a peça ao corpo.

Heloisa A. Torres, 1940, Gravura 29

As migrações estavam no cerne da formação cultural das sociedades, segundo ela. A arte marajoara vinha do alto Amazonas, da Venezuela, Colômbia, América Central e, sobretudo das Antilhas – centro irradiador do conhecimento cerâmico para toda a América, do sul ao norte. Na sua análise da migração da cultura, há traços das ideias de Rivet sobre o forte papel das migrações na América, ao salientar que, no século XV, quando se deu o “cruzamento das culturas”, o índio americano incorporou a herança dos povos e enriqueceu a sua própria cultura. Da mesma forma, Heloisa concluiu que a riqueza formidável e a concepção artística dos marajoaras só podiam ser o resultado de uma intensa “aculturação” [67]. O que reafirmaria em 1940, fazendo analogia entre trançados e cerâmicas, no pequeno livro *A Arte Indígena na Amazônia*.

Contudo, se a arqueologia mostrava que a trajetória dos conhecimentos cerâmicos, até chegar à Ilha do Marajó em tempos remotos, não era diferente da ideia de Rivet, a análise etnográfica fez com que Heloisa desenvolvesse trabalho original. Ao confrontar registros arqueológicos, que mostravam a exuberância da cultura marajoara, com os dados etnográficos do presente (que além da arte levavam em conta modos de vida dos indígenas), Heloisa percebeu que estes desnudavam uma realidade marcada, indelevelmente, pela memória do passado colonial. O pioneirismo da sua análise sobre a arte indígena fica mais evidente quando se observa a imagem da tanga feminina (“cache-sexe”), de cerâmica, encontrada no Pacoval. A tanga pode ser tomada como emblemática da memória da nudez que a moral colonial, de que fala Heloisa, impôs o encobrimento (fig. 7 e 8).



Fig. 8 - Ídolo de Argila – Ilha do Marajó - Fundo cor marfim, traço vermelho

Sobre fundo branco marfim, decorações a traço vermelho queimado. Estas consistem em desenhos geométricos cujos contornos se distendem ou retraem ao saber dos planos da modelagem, no propósito manifesto de revestir toda a superfície da peça. Os traços da face, apenas modelados, lembram mais os de máscaras de cerimoniais usadas por indígenas históricos do que realmente os da fisionomia humana. Raramente os ídolos de Marajó apresentam braços; estes, limitados frequentemente a ligeiras protuberâncias, acham-se, às vezes por tal modo atrofiados, que se reduzem a pequenas alças a altura do pescoço. Na sua forma geral têm estas peças o aspecto de um falo que ocasionalmente traz a indicação do órgão sexual feminino.

Heloisa A. Torres, 1940, Gravura 1

Na etnografia as evidências da “deculturação”

No referido artigo, de 1937, Heloisa reportou-se ao trabalho de campo que realizara na ilha de Marajó, onde foi impactada pelo cotidiano da população local. Aludindo à destruição da cultura indígena, afirmou que: “Há quatro séculos [de colonização] não temos feito outra coisa senão proceder junto ao indígena de modo a fazê-lo acreditar na sua inferioridade”, o

que o impedia de desempenhar o papel que o seu nível cultural permitia. Todo o mal, dizia ela, foi pretender deslocá-lo do seu quadro e destruir a cultura que regia sua vida, oferecendo-lhe outra que ainda não era capaz de aproveitar (Torres, 1937: 26). Deviam poder escolher o que lhes apossasse do que já conheciam da “nossa cultura”. A colonização havia aniquilado a sua cultura e sentiam-se estrangeiros dentro do próprio meio, isto é, “deculturados”. Ela indignava-se ao pensar que ao ouvir o motor de um barco o indígena acorreria às margens do rio, suplicando que o levassem à cidade, pois o próprio meio lhes inspirava repulsa. Viam-se “incapazes de viver naquele meio em que nasceram e onde teriam passado uma existência industriosa, livre e honesta, se uma *deculturação* brusca não lhes tivesse desajustado completamente as condições de vida” [68].

A palavra *deculturação* não era corrente na antropologia, mas também não era ignorada. Certamente, decorria de *aculturação*, este sim um termo conhecido e em debate entre os antropólogos, no qual Heloisa se incluía [69]. Em 1935, o Social Sciences Research Council, reconhecendo a importância de estudar os vários pontos de vista sob os quais o problema da aculturação era abordado, nomeou três antropólogos conhecidos, Robert Redfield, Ralph Linton e Melville J. Herskovits para analisarem as implicações do termo *aculturação* e investigarem novas maneiras de abordá-lo [70]. O primeiro resultado foi o célebre “Memorandum for the Study of Acculturation” (1936). Este não falava em deculturação, mas falava, por exemplo, em desigualdade, considerando que os fenômenos de aculturação incluíam a adoção seletiva de características culturais, gerando diferentes relações entre culturas, novos tipos, novas técnicas, resistências à inovação, etc. (Redfield, Linton e Herskovits, 1936: 151).

Segundo Heloisa, “os exemplos da desmoralização dos índios causados por *deculturação* podiam ser apontados quase que em cada história de contato de civilizado com o índio” [71]. Com o colonizador, “a paisagem material mudou completamente e, de modo mais nefasto ainda, o quadro moral” (Torres, 1937: 26). As diretrizes econômicas que “regeram a sua vida até então, foram subvertidas completamente”. Na sua visão, “era a desgraça que entrava” [na casa e na vida deles]. Do ponto de vista psíquico, Heloisa observou que as novas crenças [religiosas] que se impunham, não chegaram a destruir as velhas, nem penetraram profundamente na alma, mas as abalaram sensivelmente. “O descrédito invadiu os espíritos; o desânimo e a pobreza se seguiram irremissivelmente”, afirmou ela [72].

A solução que se lhe apresentou, para reverter aquela situação, foi uma proposta política; e Heloisa argumentou peremptoriamente que “a chave do problema residia na demarcação das terras indígenas”. As terras deveriam ser dimensionadas a fim de garantir o sustento sem ajuda, e estar conforme às normas econômicas peculiares a cada grupo (caça, pesca, agricultura). “Aculturação” ou a desigualdade, moldando uma identidade cultural, deveria ser livre escolha de cada grupo. Identificada ao debate teórico internacional da etnologia, ela trazia uma perspectiva prática e política para os descaminhos sociais da cultura.

Considerações finais

Nos lineamentos da teoria antropológica de sua época, Heloisa Alberto Torres encontrou o fio condutor para o desenho de uma perspectiva teórica plena de originalidade. No estudo da arqueologia, se empenhou em compreender a unidade humana, sem desconsiderar a diversidade étnica e cultural e o desenvolvimento histórico evidenciado nas transformações físicas, culturais, sociais e políticas das populações. Pela etnografia, expressou uma visão crítica do etnocentrismo, que a levou a relacionar ciência e política. A antropologia cultural, para a qual Heloisa se inclinou, não era entendida fora do campo das ciências naturais, pois o homem, vivendo em sociedade, era parte e agente da natureza e, como tal, deveria ser estudado. Esta perspectiva, para ela afeita à antropologia cultural, derivaria para a antropologia ecológica em meados do século XX, também chamada de ecologia humana, ligada à nova ciência – ecologia [73]. Vendo, assim, as ciências naturais e antropológicas sob uma ótica sociocultural, Heloisa Alberto Torres converteria uma posição teórica em posição política.

Como se viu, ela valorizou a arqueologia e a etnologia, relacionando o passado e o presente das culturas, no interior de uma historicidade perpassada pela colonização e representada na expressão dos modos de pensar e de organizar o cotidiano. A colonização resultou na *deculturação*. Daí ter proclamado a proteção da “cultura original dos índios”, definida geograficamente e no bojo de movimentos de migração, em trocas e encontros de saberes, entre povos distintos. A perspectiva da aculturação, então em voga, não a impedia de chamar atenção para a criação de identidades que, distintas entre si, carregavam autonomia e traços étnicos. O poder colonial, na sua visão, buscando impor uma igualdade de pensamento – uma outra cultura – é que teria instituído a desigualdade social. Daí a violência cultural que ela flagrou e que no qual investiriam toda uma tradição de estudos sociais, desde pelo menos o célebre memorandum de Herskovits, Redfield e Linton.

Lembremos que a associação veemente dos objetivos científicos e políticos das pesquisas, pelos quais Heloisa lutou com toda a sua força, ressurgiu nas vozes negras e indígenas, cada vez mais audíveis na sociedade e na academia brasileiras, mas esta é outra história, que escapa aos objetivos deste texto.

Referências Bibliográficas

Benedict, Ruth, 2005. *Patterns of Culture*. Boston, Mariner Book Edition, 291 p., 1a Edição 1934.

Boas, Franz, 1998. *Race, Language and Culture*. Edited by Angus Stevansson, Oxford University Press, First edition 1940.

Bossert, Federico & Diego Villar, 2019. “Una vida antropológica: biografía de Max Schmidt”, in *BEROSE International Encyclopaedia of the Histories of Anthropology*, Paris.

Carneiro, Edison, 1940. “The Structure of African Religious Cults in Bahia”, *The Journal of*

American Folklore,; <https://www.jstor.org/stable/535787>, Access 13/12/2022.

Carvalho, Bernardo, 2006. *Nove Noites*. Ed. Companhia de Bolso.

Castro Faria, Luiz de, 1998. «Heloisa Alberto Torres (1895-1977)», in Castro Faria, L., *Antropologia: escritos exumados. Espaço circunscrito, tempos soltos*, Niteroi, EDUFF, 1998, p. 201-207. Publicado inicialmente em *Anuário Antropológico*, 1976.

Castro Faria, Luiz de, 1999. “Sobre um artigo de Heloisa Alberto Torres na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou acerca das condições de pesquisa em antropologia sob o Estado Novo”, in Castro Faria, L., *Antropologia – escritos exumados – 2 Dimensões do conhecimento antropológico*, Niterói, EDFF, p. 315-318.

Castro Faria, Luiz de, 2006. *Antropologia: duas ciências, Notas para uma História da Antropologia no Brasil*, Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul.

Castro Faria, Luiz de, 2010. “Um sábio maranhense no Museu Nacional”. In Domingues Heloisa Ma. B. e Almeida, Alfredo Wagner B. de, Raimundo Lopes, *Dois Estudos Resgatados*, Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul, p. 7-13.

Cavalcanti, Araújo, 1948. “Valorização Econômica da Amazônia”, *Revista do Serviço Público*, Maio e Junho 1948, p. 60-65.

<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27062/28834>

Corrêa, Mariza, 1997. “Dona Heloisa e a pesquisa de campo”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, Vol. 40, N. 01, p. 11-54c

<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27062/28834> (Acesso: 29/12/2022)

Cunha, Raimundo Lopes da, 1966. *Antropogeografia*, Rio de Janeiro, Museu Nacional. 2ª Edição.

Cunha, Raimundo Lopes da, 2010. *Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão*, Org. Domingues, Heloisa M. B. e Almeida, Alfredo Wagner B. de, *Raimundo Lopes: dois estudos resgatados*. Rio de Janeiro, Ed. Ouro Sobre Azul, p. 27-89.

Cunha, Raimundo Lopes da, 1924. “A civilização lacustre no Brasil”, *Boletim do Museu Nacional*, vol. 1, n. 2.

Cunha, Raimundo Lopes da, 1926. “Aspectos da formação sertaneja”, *Boletim do Museu Nacional*, vol. 2, n. 5.

Cunha, Raimundo Lopes da, 1927. “Pontas de sílex lascado no Brasil”, *Boletim do Museu Nacional*, vol. 3, n. 1.

Cunha, Raimundo Lopes da, 1927. “Archeologia Centroamericana”, *Boletim do Museu Nacional*, vol. 3, n. 3.

Cunha, Raimundo Lopes da, 1927. “Influência do ambiente sobre o desenvolvimento humano”, *Boletim do Museu Nacional*, vol. 3, n. 3.

Cunha, Raimundo Lopes da, 1928. “A África e as origens do Homo Sapiens”., *Boletim do Museu Nacional*, vol. 4, n. 4.

Cunha, Raimundo Lopes da, 1931. “Entre a Amazônia e o Sertão”, *Boletim do Museu Nacional*, vol. 7, n. 3.

Cunha, Raimundo Lopes da, 1932. “Os índios urubus: resenha e resultados da viagem ao Gurupy (1930)”, *Boletim do Museu Nacional*, vol.8.

Debaene, Vincent, 2018. « Cadrage Cannibale. Les photographies de *Tristes Tropiques* », *Gradhiva*, «Sur le vif, Photographie et anthropologie», p. 96-107.

Domingues, Heloisa Maria Bertol, 2022. “João Barbosa Rodrigues and the Queen Rubber: An innovative scientific culture”. *Rodriguesia*, vol. 73.

Domingues, Heloisa Maria Bertol, 2020. “The invisible movement of traditional knowledge”. CIST Paris 2020, <https://cist2020.sciencesconf.org/browse/session?sessionId=52644> - Acesso 29/12/2022.

Domingues, Heloisa Maria Bertol, 2010. “Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre as ciências naturais e antropológicas”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, vol. 5, n. 3, p. 625-643.

Domingues, Heloisa Maria Bertol, 2008. “Tradução Cultural na Antropologia dos Anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e Charles Wagley na Amazônia”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, vol. 3.

Domingues, Heloisa Maria Bertol & Almeida, Alfredo Wagner B. de, 2022. *Paisagens Culturais e Gêneros de Vida*, Rio de Janeiro, FAPERJ, Ouro Sobre Azul.

Domingues, Heloisa Maria Bertol & Petitjean, Patrick, 2001. “A UNESCO, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a Antropologia no final dos anos 40”, in Faulhaber, Priscila e Toledo, Peter M. de, *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência à Amazônia*. Belém, MPEG e Brasília, Paralelo 15, p. 83-109.

Duarte, Paulo, 1960. *Paul Rivet, por ele mesmo*. São Paulo, Anhambi.

Guille-Escuret, Georges, 1989. *Les sociétés et leurs natures*. Paris, Armand Colin.

Grupione, Luiz Donizete B., 1988. *Coleções e Expedições Vigiadas, Conselho das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil*, São Paulo, Hucitec, 341 p.

Gruzinski, Serge, 2017. *La machine à remonter le temps*. Paris, Fayard.

Febvre, Lucien, 1922. *La Terre et l'Évolution humaine*. Paris, La Renaissance du Livre.

Ferreira, Carolina B., 2019. “Entrevista com a Professora Mariza Soares”, *Revista Maracanan*, n. 20, p. 210-223.

Galvão, Eduardo, 1976. *Santos e Visagens*. São Paulo, CEN.

Landes, Ruth, 2022. “Fetish Worship in Brazil”. *The Journal of American Folklore*, vol. 53, n. 210 (Oct. - Dec., 1940), p. 261-270; *American Folklore Society* - <https://www.jstor.org/stable/535786> - Access, 13/12.

Larrère, Catherine; Larrère, Raphaël, 1997. *Du bon usage de la nature*. Paris, Aubier.

Laurière, Christine, 2012. “La modernidade colonial”, IV Seminário do Projeto RIME – O Contemporâneo e o tempo antropológico. *ICOM Revista Digital do Comité Espanhol*, n. 06, outubro, p. 19-35, https://issuu.com/icom-ce_librovirtual/docs/icom_ce_digital_06.

Laurière, Christine, 2008. « L’anthropologie et le politique, les prémisses. Les relations entre Franz Boas et Paul Rivet (1919-1942) », *L’Homme*, p. 69-92; https://www.researchgate.net/publication/261893439_Lanthropologie_et_le_politique_les_premises_Les_relations_entre_Franz_Boas_et_Paul_Rivet_1919-1942 Acesso: 09/11/2022.

Laurière, Christine, 2008. *Paul Rivet, le savant et le politique*. Paris, Publications scientifiques du MNHN (capítulo «Considérations sur la primitivité, De l’Anthropologie Physique à l’Anthropologie Diffusionniste 1906-1930», p. 279-282). <https://books.openedition.org/mnhn/2407>. Acesso 25/11/2022.

Loyer, Emmanuelle, 2015. *Lévi-Strauss*. Paris, Flammarion.

Martins, Carlos E., 2023. *Ricardo Krone (1861-1917): um naturalista no Vale do Ribeira e sua contribuição à espeleologia e à arqueologia no Brasil*. Campinas, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Tese de Doutorado. https://www.researchgate.net/publication/370324781_Ricardo_Krone_1861-1917_Um_naturalista_no_Vale_do_Ribeira_e_sua_contribuicao_a_Espeleologia_e_a_Arqueologia_no_Brasil - Acesso-25/11/2023.

Massarani, Luisa e Moreira, Ildeu de Castro, 2021. « Society Radio, tuning science into Brazilian homes ». *Sage Journals*, vol. 30, n. 2, p 229-234.

Massarani, Luisa e Moreira, Ildeu de Castro, 2001. “A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 7, n. 3, p. 627-651.

Meggers, Betty J. 1971. *Amazonia, Man and Culture in a counterfeit Paradise*. Aldine Atherton, inc, 1ª Edição.

Miglievich-Ribeiro, Adélia, 2019. “Revisitando o Museu Nacional e a História da Antropologia no Brasil pelas mãos de Heloisa Alberto Torres”. *Política & Sociedade*, vol. 18, n. 41, p. 27-59.

Moura, Margarida Ma., [s/d]. *Nascimento da Antropologia Cultural – A obra de Franz Boas*. São Paulo, Editora Hucitec, 399 p.

Pace, Richard, 2014. “O legado de Charles Wagley: uma introdução”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, V. 9, vol. 3, p. 597-615, set-dez.

<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/qBLkvM8HjfxhdMxqyf7Rnjx/?lang=pt>

Petitjean, Patrick & Domingues, Heloisa Maria Bertol, 2000. “A redescoberta da Amazônia num Projeto da UNESCO”, *Revista Estudos Históricos*, vol. 14, Ed. 26, p. 265-292.

Redfield, Robert, Linton, Ralph & Herskovits, Melville, 1936. “Memorandum for Acculturation”, *American Anthropologist*, 38, p. 149-152.

<https://doi.org/10.1525/aa.1936.38.1.02a00330>-><https://doi.org/10.1525/aa.1936.38.1.02a00330>
]

Rivet, Paul, 1928. “L’Antropologie”. *Boletim do Museu Nacional*, vol. IV.

Rivet, Paul, 1960. *As Origens do Homem Americano*, São Paulo, Anhembi, 3a Edição.

Rossi, Gustavo, 2020. “A “Lost Vocation”? The Life and Work of Edison Carneiro, Exponent of Afro×Brazilian Studies”, in *Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l’anthropologie*, Paris.

Sá, Magali Romero & Domingues, Heloisa Maria Bertol, 1996. “O Museu Nacional e o ensino das ciências naturais no Brasil no século XIX”. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n. 15, p. 79-87.

Sá, Magali Romero & Domingues, Heloisa Maria Bertol, 2003. “Bertha Lutz na visão de um técnico aprendiz”, *Depoimentos*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

Santos, Daniele da S., 2023. «A produção científica do Museu Nacional como patrimônio para a ciência e a cultura: memória dos periódicos editados até a década de 1940». Dissertação de Mestrado Profissional, PPACT/MAST.

Soares, Mariza, 2022. “Kumbukumbu, África, memória e patrimônio”, 2022, online: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://museunacional.ufrj.br/see/docs/publicações/Kumbukumbu_Digital_Online.pdf.

Sobrinho, Barbosa Lima, 1968. *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

Souza, Gastão Galvão de C., 2009. “Conferências de Agassiz após seu retorno da Amazônia”. In Domingues, Heloisa Ma. B., Sá, Magali R., Puig-Samper, Miguel Angel, Gutierrez, Rosaura R. Orgs. *Darwinismo, Meio Ambiente, Sociedade*, Rio de Janeiro, MAST, São Paulo, Via Lettera, p. 101-112.

Sussman, Robert W., 2014. *The Myth of Race*. Massachusetts, Harvard University Press.

Torres, Alberto, 1938. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*, Ed. Nacional, 3ª edição – 1ª Edição 1914.

<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/mundial.html> - Acesso 11/07/2023.

Torres, Alberto, 1914. *A Organização Nacional*, 1ª Edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933, 2ª Edição, Coleção Brasileira,

<http://brasilianadigital.com.br/brasiliansa/colecao/obras/8/a-organizacao-nacional-primeira-parte-a-constituicao> Acesso: 11/07/2023.

Torres, Heloisa Alberto, 1929. “A Cerâmica do Marajó”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Publicada em 1930, Boletim do Museu Nacional, vol. 6, n. 1.

Torres, Heloisa Alberto, 1929. “Entrevista sobre a Arte Marajoara”, *Correio da Manhã*, 19 de setembro.

Torres, Heloisa Alberto, 1937. “Contribuições para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”, *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 01, p. 5-30.

Torres, Heloisa Alberto, 1940. *A Arte Indígena na Amazônia*, Publicação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, n. 6.

Torres, Heloisa Alberto, 1946. “Promoção de um inquérito nacional sobre Ciências Naturais e Antropológicas”. Anexo ao Ofício n. 87, de 1º de fevereiro, Arquivo do Museu Nacional, Pasta Ofícios, jan. abr.

Wagley, Charles, 1946. “O Museu Nacional como Centro de Pesquisas Antropológicas”, *O Jornal*, 6 de janeiro.

Wagley, Charles, 1988. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*, Prefácio. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo,. 1ª. edição em Inglês, 1953, em Português, 1956.

Wagley, Charles, 1943. “Notas sobre aculturação entre os Guajajara (Tenetehara)”. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1-11.

Arquivos consultados

Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Arquivo Heloisa Alberto Torres – Arquivo de História da Ciência, MAST, Rio de Janeiro

Arquivo do Musée de l’Homme, Paris

[1] Meus agradecimentos a Afrânio Garcia pela gentileza da leitura e pelas questões esclarecedoras; à Vanessa Souza, que liberou à pesquisa no arquivo de Heloisa Alberto Torres, ainda em fase de organização; à Fernanda Peixoto e Stefania Capone pelos pertinentes comentários. Sem elas esse artigo dificilmente teria chegado ao fim. Aos editores, pela gentileza e atenção.

[2] Hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

[3] Torres, 1937: 24.

[4] A família do bisavô paterno de Heloisa Alberto Torres possuía terras no estado do Rio de Janeiro, onde dominavam os chamados barões do café, e mantinha escravos. O avô dedicou-se à política. O pai, que escolheu o direito e a literatura; foi um abolicionista. Aos escravos da família que na infância haviam lido o livro *A Organização Nacional* (Lima Sobrinho, 1968, cap. II).

[5] Ver Torres, 1938, Cap. Como resolver esse problema? Moura, s/d:178; Alberto Torres abordou a questão da desigualdade social que, à época, mesmo cientistas conhecidos confundiam com a desigualdade racial. Numa crítica que considerava essa interpretação errônea, Alberto Torres citou Franz Boas a propósito da transformação histórica das raças, sublinhando que ele tinha sido um dos mais ferrenhos combatentes da desigualdade racial.

[6] Sobre o chá com Getúlio Vargas, ver em Sá e Domingues, 2003, uma entrevista com um funcionário do Museu Nacional, Sr. Esmeraldino, que conviveu com Heloisa.

[7] São poucas as informações do Arquivo sobre a formação de Heloisa Alberto Torres. Na correspondência com a família, que data de 1908 a 1910, vê-se que ela e a irmã, Marieta, estudaram no Colégio Sion, em Londres. Não foi possível saber a data de ingresso. A conclusão do colégio, no entanto, foi no Sion [Externato], do Rio de Janeiro, cf. diploma (AHCT- MAST, HT.T.1.1.003). O Colégio Sion, existente ainda hoje, no Rio de Janeiro, foi criado no século XIX, pelas Irmãs de Sion, vindas da França. Era uma escola feminina, que formava as meninas da elite da cidade. (<https://colegiosionrj.com.br/nossa-escola/origem-de-sion/> - Acesso 18/08/2023).

[8] Roquette Pinto, formado em medicina, em 1903, começou a trabalhar no Museu Nacional com o antropólogo João Batista de Lacerda. Em 1912, participou da expedição Rondon, à Serra do Norte, no Mato Grosso, região habitada pelos Nambiquaras, a mesma que visitou Lévi-Strauss, acompanhado de Castro Faria, em 1938. Desta viagem publicou *Rondônia* (1916), que foi referência de todos os iniciantes em antropologia daquela época. Em 1927, assumiu a direção do Museu Nacional, cargo que ocupou até 1936.

[9] Sobre a divisão do trabalho antropológico nas primeiras décadas do século XX, há vasta bibliografia. No caso do Museu Nacional, veja-se Castro Faria, *Antropologia: duas ciências*, 2006.

[10] O Boletim do Museu Nacional, a partir de 1942, foi dividido em quatro séries: Antropologia, Botânica, Geologia e Zoologia (Cf. Catálogo dos Periódicos do Museu Nacional editados até a década de 1940; em Santos, 2023).

[11] Cunha, 1924: vol.1; 1926: v.2; 27: vol.3, n.1; vol.3, n.3; 1928: vol.4; 1931: vol.7; 1932: vol.8.

[12] Rivet, 1928 :78 ; Citado em Laurière, 2008: 73. Nas palavras do autor, “o estudo das populações humanas é um conjunto indissolúvel e não poderia ser dividido.”

[13] Notícia sobre o ensino popular da História Natural, *Correio da Manhã* 02/02/1927 https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=%22Heloisa%20Alberto%20Torres%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=29575

[14] *Correio da Manhã* 25/12/1925. A criação da rádio foi dividida com o diretor do Observatório Nacional, Henrique Morize, e como parte do mesmo projeto, foi também criada a Revista do Museu Nacional, publicada nos anos 1930 e 1940, além de um programa de cinema, cujos filmes foram exibidos pelo programa nacional do cinema (Sobre o projeto da rádio e cinema ver Massarani e Moreira, 2021: 229). https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=%22Heloisa%20Alberto%20Torres%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=23694

[15] Heloisa militou no movimento feminista dos anos vinte e foi afiliada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=%22Heloisa%20Alberto%20Torres%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=44051 – Acesso 14/06/2023).

[16] Alberto Torres, Heloisa, 1949, Títulos, Anexo 1, Doc. HT.T.2.2. 007.d14, p. 5, fundo Heloisa Alberto Torres, AHC-MAST (em organização); OBS. Trechos ou palavras entre aspas são do autor citado.

[17] Conforme Castro Faria (1998:202) Heloisa viajou pelo litoral de São Paulo a fim de verificar o estado dos sambaquis de Iguape, descobertos por Richard Krone, em 1906. Sobre o trabalho arqueológico de Krone naquela região ver Martins (2023).

[18] *Correio da Manhã*, 19/09/1929.

[19] Em Alberto Torres, 1940, foram publicadas imagens da coleção do Museu Nacional. Infelizmente todas essas peças foram consumidas no incêndio do Museu, em setembro de 2018.

[20] Em entrevista antecedendo palestra sobre migrações indígenas, ver jornal *O País*, 27 de outubro de 1927, intitulado “Migrações”.

[21] Sobre esta coleção, perdida, ver Entrevista com Mariza Soares, em Ferreira, 2019; Soares, 2022.

[22] O concurso era pleito à cátedra de Antropologia e Etnografia, da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), ocupada por Arthur Ramos. Em concurso do qual ela participou da banca, ele foi aprovado e, pouco depois, nomeado para dirigir o setor de Ciências Sociais da UNESCO (1947). Ela julgou-se candidata natural por ser antropóloga e diretora do Museu Nacional – então, já ligado à UB. Mas lutou, sem sucesso, pela vaga, pois Ramos indicou sua assistente Marina de Vasconcelos para o lugar. Embora tivesse obtido a anuência da Congregação Universitária, o chefe do Departamento recusou a solicitação alegando uma série de justificativas burocráticas (AHC-MAST, HT.T

2.2.007).

[23] Sobre esses cursos no Museu Nacional, ver Domingues & Sá, 1996: 79-87.

[24] *Correio da Manhã*, 20/10/1929; “Cerâmica do Marajó”

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=ceramica%20maraj%C3%B3&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=42681

Continuação - *Correio da Manhã*, 27/10/1929

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=%22heloisa%20alberto%20torres%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=42783

Conclusão – *Correio da Manhã*, 3/11/1929; “Cerâmica do Marajó” - Conclusão

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=%22heloisa%20alberto%20torres%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=42892

[25] *Correio da Manhã*, 19/09/1929 – “Arte Marajoara”

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=%22arte%20marajoara%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=42176

[26] *Notícia do Jornal do Brasil* 27/06/1927.

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=%22Heloisa%20Alberto%20Torres%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=56807, Acesso 17/06/2023.

Paul Rivet, em *A Origem do Homem Americano* falou da intensa imigração na América originária dos Andes (1934, edição brasileira).

[27] Decreto-Lei no 24, 29 novembro de 1937

[28] Doc. HT.T.2.3.006, AHC-MAST; Data presumível pelos documentos dos cursos.

[29] Doc. HT.T.2.3.003.d44.

[30] AHC-MAST- HT.T.2.2.009.

[31] AHC-MAST - Doc. H.T.T 2.2.005, Março -Junho 1952;

[32] AHC-MAST – HT.T,2.4.001.

[33] O zoólogo José Cândido de Carvalho (1914-1994) foi para a Universidade de Iowa, em 1942; o paleontólogo Carlos de Paula Couto recebeu bolsa da Guggenheim Foundation, entre 1950 e 1952. As informações sobre Paula Couto não são precisas, mas, seu nome consta da lista de pesquisadores da Fundação Guggenheim (www.gf.org.fellows, Acesso 12/10/2009).

[34] Doc. AHC-MAST_HT.T.3.2.085, mostra a troca de correspondência entre Meegers e Heloisa.

[35] O livro foi publicado com prefácio do antropólogo Darcy Ribeiro, que trabalhou no Museu Nacional,

durante a direção de Heloisa (1ª Edição México 1976; Belo Horizonte, 1976).

[36] H. A. Torres a P. Rivet, Carta 7 de maio de 1929; Arquivo Rivet, Musée de l'Homme, Paris. Métraux integrou-se à rede que se formava e, naquele ano, publicou a sua tese sobre os Tupinambás, que havia sido orientada por Ernest Nordenskiöld (Bilbao, 2002:14; Métraux, A. *La religion des Tupinambás et ses rapports avec celle des autres tribus Tupi-Guarani*. Paris, Ernest Leroux, 1928, 260p.)

[37] As cartas que trocaram que estão no Arquivo HAT, iniciaram em 1928, quando Rivet estava de passagem no Brasil e escreveu de São Paulo, onde encontrou Ihering (1850-1930), que tinha sido diretor do Museu Paulista (02/09/1928). A segunda (30/05/1939), Rivet escreveu apresentando Mme Vacher que chegaria ao Rio em breve. Solicitava, em nome da grande amizade que mantinham, que lhe desse atenção e lhe reservasse o hotel. A terceira carta, da Colômbia, lhe informava o endereço do exílio (15/07/1941). O envio desta carta a Heloisa, da Colômbia, está citado em carta de Rivet a Paulo Duarte, datada de 6 de julho de 1941 (Duarte, 1960: 21). A última carta (26/07/1951) anunciava a próxima chegada ao Brasil (Arquivo HT).

[38] A carta encontra-se no Arquivo do Conselho de Fiscalização (CFE, AHCT-MAST), transcrita em Castro Faria:2001).

[39] Lévi-Strauss protestaria contra a imposição; contudo, acabou aceitando e tudo transcorreu sem grandes percalços. Um dos resultados dessa expedição foi *Tristes Trópicos* (1955), de Lévi-Strauss. Para Castro Faria que dizia ter sido a expedição o “batismo de fogo”, o resultado veio apenas 60 anos depois, com a publicação do seu diário de campo, quando já estava aposentado (2001). Com tantos anos de diferença *Tristes Trópicos* e *Um Outro Olhar* têm sido objeto de comparação teórica de recentes estudos, ver Loyer (2015) e Debaene (2018).

[40] Wagley, 1946. O artigo de Wagley aparecia numa página dedicada ao Museu Nacional e aos museus brasileiros de ciências e educação. Havia um artigo de Heloisa Alberto Torres: “A obra científica dos museus brasileiros”.

[41] AHC-MAST, HT.T 3.2.019. A correspondência entre ambas durou de 1939 a 1946. Benedict não viajou para o Brasil, mas manteve a correspondência em que discutiam o andamento dos trabalhos de campo dos norte-americanos. Bernardo de Carvalho retratou no romance *Nove Noites* (2005), a saga de Buell Quain junto aos indígenas. O trabalho de Benedict (1ª edição, 1934) sobre padrões de cultura encontrava-se em bibliografia de cursos de Heloisa e certamente influenciou as pesquisas do grupo, que convivera com ela em Columbia.

[42] W. Lipking publicou *Carajá Coreography*, Carta de W. Lipking à Heloisa Alberto Torres de Goiás 24/12/1938; Conceição do Araguaia, 30/09/1939; Marabá, Pará, 30/10/1939 - AHCT-MAST, Dossiê Correspondência.

[43] Em 1942, publicou *World View of Tapirapé Indians* e *Xamanismo Tapirapé*; e em 1943 *Welcome of tears: the Tapirapé Indians of Central Brazil*.

[44] Conforme Pace (2014), Linton que também esteve no Brasil e por longo tempo se correspondeu com

Heloisa, tinha sido professor de Wagley, em Columbia. No arquivo de Heloisa há correspondência entre Linton e ela.

[45] Carta de Boas a Heloisa A.Torres, 02/12/1940.

[46] H. Alberto Torres a Boas, 02/01/1942; Boas faleceu em outubro de 1942, deixando Heloisa sem reposta, pois Boas faleceu pouco tempo depois. Wagley manteve seus trabalhos com o Brasil, com idas e vindas, durante toda a década de 1940 e além. A colaboração de Wagley com o Brasil se manteve até os anos 1960 (Pace, 2014).

[47] Sobre os trabalhos de Wagley, Galvão, ver Domingues, 2009.

[48] Cavalcanti, 1948:60; Ver ainda Petitjean e Domingues 2000: 265-292.

[49] Entre 1930 e 1941, o Museu foi submetido à Universidade do Rio de Janeiro, passando novamente ao âmbito do Ministério de Educação e Saúde (Decreto-Lei nº. 29.974, de 23 de janeiro de 1941). Esse retorno, certamente se deveu ao prestígio de Heloisa junto a Getúlio Vargas.

[50] Domingues, 2010, Miglievich, 2019: 50, 51, traz descrição desse movimento; Corrêa, 1997.

[51] H. Alberto Torres, Doc. Anexo ao Ofício n. 87, de 1º de fevereiro de 1946, Arquivo do Museu Nacional (AHC-MAST, Pasta Ofícios, jan. abr. 1946. OBS. O documento original sendo do arquivo do Museu Nacional, foi queimado em 2018.

[52] Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Venezuela e as Guianas Francesa e Inglesa, colônias, estavam representadas pelos respectivos países. Das primeiras reuniões participou também o representante dos Estados Unidos.

[53] Relatório das Comissões do IHA, Belém, 1947, Arquivo da UNESCO; Arquivo do Itamaraty 80-04-01. Interesses políticos internos no país, impediram que o projeto se realizasse. Foi barrado por órgãos militares e não conseguiu aprovação nas câmaras legislativa. (ver Domingues & Petitjean, 2001:107).

[54] Torres, Heloisa A., AHC-MAST, Doc.H.T.T. 2.2.07.

[55] Domingues & Petitjean, 2001: 83-109.

[56] UNESCO, Atas da Reunião Geral de Paris, 1949: 339.

[57] O plano, apresentado pelo diretor do Instituto Agrônomo do Norte, Felisberto Camargo, previa a intervenção na natureza amazônica, com a criação de gado e a agricultura em larga escala. Sobre esse debate ver Domingues e Petitjean, 2001:89.

[58] Cain, Stanley. Ecology in the service of man. Arquivo da UNESCO, Pasta Proteção da Natureza, Projeto Arraial do Cabo. Paris, França. No Fundo Heloisa Alberto Torres no MAST, há correspondência entre ela e

Cain (HT.T.10.3.018). Parte do trabalho de antropologia desta expedição encontra-se no diário de L. de Castro Faria, publicado em Domingues e Almeida, 2022.

[59] O Decreto-Lei 1190 de 4 de abril de 1939 institucionalizou a formação de técnicos (cientistas) e a formação de professores de nível superior (Bachareis e Licenciados) e abriu para a entrada das mulheres na faculdade.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacao-origina-1-pe.html> Acesso 28/09/2023.

[60] Participou de comissões, como a Comissão Nacional de Assistência Técnica, ligado à ONU, e de bancas de concurso público. Foi sócia da American Anthropological Society, da Sociedade de Americanistas, da Societé Suisse des Americanistes, etc.; participou de inúmeros congressos científicos, de eventos nacionais e internacionais; foi incumbida de representações científico-diplomáticas em nome do Brasil, na UNESCO, na ONU, em Washington.

[61] O Arquivo de Heloisa A. Torres foi preservado nesta casa, doada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), que o mantém até hoje e que divide a administração com a prefeitura da cidade de Itaboraí, RJ. O seu arquivo particular, neste momento em organização no MAST, foi a base da pesquisa desse artigo. (Inventário HAT, MAST).

[62] Hartt fora geólogo da Expedição Thayer, chefiada por Louis Agassiz, que propôs a teoria das geleiras, na Amazônia - formação geológica que impedia o desenvolvimento da vida, com o objetivo de provar que Darwin estava errado. Hartt discordou de Agassiz, quando descobriu os vestígios da vida remota no Marajó; erro que em pouco tempo se confirmou. Os estudos arqueológicos contribuíram para mostrar que a hipótese das geleiras era uma falácia e, assim, as provas que Agassiz buscava para refutar a teoria da seleção natural mostraram-se inviáveis (Souza, 2009:101). Aí o paradoxo, pois, para Heloisa, Agassiz, que havia viajado ao Amazonas para “detratar a nossa gente”, acreditando na existência de seres superiores e inferiores, inspirou os trabalhos que inviabilizaram suas ideias e revelaram vida [e cultura] muito antiga na Amazônia.

[63] Torres, 1929, disse que na Cordilheira encontraram abundante material de pedra” e fizeram suntuosas construções, ao passo que o Vale Amazônico era pobre em pedras”, mas, com construções menores revelaram arte finíssima.

[64] Sobre Max Schmidt, Bossert & Villar, 2019. No *Boletim do Museu Nacional* (1930, vol.6, n.3, setembro) há um artigo de Max Schmidt – “Sobre os direitos dos selvagens tropicais da América do Sul”.

[65] Cf. nota acima: A arte marajoara, *Correio da Manhã*, 1929.

[66] Torres, *Correio da Manhã*, 20/10/1929 e 19/10/1929. Embora Heloisa não enfatize o trabalho de processamento da borracha, este foi um traço muito sofisticado dos conhecimentos tradicionais, que além das plantas, requeria o conhecimento do processamento do látex. Conforme estudos químicos atuais, o processamento completo do látex até hoje não foi alcançado; mantendo-se o uso do látex natural para muitos fins (Domingues, 2020 e 2022).

[67] Torres, *Ibidem*, 29/10/1929. Heloisa citou Rivet como um dos nomes que considerava sobre migrações na América (*O País*, 27/10/1927, “Migrações na América”). Rivet (1960:152) concluiu que “uma grande quantidade de invenções e de aperfeiçoamentos técnicos testemunhavam o gênio criador e as notáveis qualidades de observação do índio americano”. Segundo Laurière, após o contato com os indígenas do Equador, Rivet considerou o espírito humano pela hipótese do monogenismo [de Darwin], da unidade do gênero humano, e a alteridade foi então valorizada como uma contribuição à riqueza humana [na sua historicidade] (2008).

[68] Torres, 1937: 26; O itálico na palavra deculturação é dela.

[69] Fernando Ortiz (1936:93), em Cuba, instituiu a ideia de “transculturação” e usou a palavra *deculturação*, chamando a atenção para o significado cultural da imigração: “Cada imigrante como pessoa desenraizada da sua terra natal num duplo transe de desalinhamento e reajustamento, desculturação ou exculturação e aculturação ou inculturação e, finalmente, síntese, transculturação”.

[70] Linton e Herskovits, nos anos 1940, estiveram com Heloisa, no Brasil, e com ela trocaram correspondência.

[71] Heloisa deu o exemplo da desmobilização da casa grande, onde viviam muitas famílias subordinadas a um chefe, que regulava todas as atividades, ligadas à economia de coletividade. Perguntava-se quanto aquela desmobilização havia abalado a vida do grupo, quando as famílias foram convencidas a deixar a casa grande e construir pequenas casas arruadas, para cada uma? O velho chefe perdera o poder.

[72] Torres, 1937:27. Na mesma passagem, ela apresentou depoimentos sobre as condições sociais dos índios e, entre esses, uma carta de Nimuendajú, relatando o ambiente desolador em que viviam os Xerentes *civilizados*.

[73] Sobre a relação antropologia e ecologia ver Guille-Escuret, 1989: 65; Larrère & Larrère, 1992; Domingues, 2010.